

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DA MARGINALIDADE AO ENSINO SUPERIOR

FLÁVIO DOS SANTOS SAPUCAIA
Universidade Paulista (UNIP)
sapucaia@uol.com.br

ANA CHIUMMO
Universidade Paulista (UNIP)
anachiummo@uol.com.br

Resumo

Este artigo analisa a evolução da educação a distância à luz da evolução das tecnologias de informação e comunicação, o que permitiu alterar significativamente seu *status* de marginal para se constituir em uma modalidade de Educação essencial para atender às demandas de formação inicial e continuada de profissionais das mais diversas áreas, em especial na Educação, subsidiando a criação de políticas públicas e programas de governo para a formação e a capacitação de educadores.

Palavras-chave:

Educação a distância. Formação de professores. Tecnologias de informação e comunicação. Políticas públicas. História da EaD.

Abstract:

This article analyzes the evolution of distance education in the light of the latest developments in the field of information technologies and communication. In turn, this has brought about a change in its marginal status since distance education has become essential to meet the demands of the initial and ongoing process of formation of professional in diverse areas of specialization, in particular, teacher education, also subsidizing the creation of public policies and government programs.

Keywords:

Distance education. Teacher training. Information technology and communication. Public policies. History of distance education.

Introdução

Quando o tema é educação a distância (EaD), nos dias atuais, logo vem à nossa mente a imagem de pessoas conectadas à internet, em salas de aula virtuais dotadas de diversos recursos e ferramentas que permitem uma constante interação de professores e alunos localizados em diversos lugares do mundo.

A intrínseca relação entre a EaD e as tecnologias de informação e comunicação (TICs) permitiu a essa modalidade de Educação alterar significativamente seu *status* de Educação de segunda classe ou marginal, criada para atender às pessoas reclusas ou que não tinham condições de frequentar os programas formais de ensino, para se constituir como uma modalidade de ensino que atende tanto às demandas de formação continuada exigidas pela sociedade atual quanto às dificuldade de mobilidade urbana das grandes metrópoles, possibilitando ainda levar cursos de excelência promovidos por universidades e centros de ensino de qualidade a lugares cada vez mais afastados e desprovidos de investimentos na área educacional.

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução da EaD à luz da evolução das tecnologias de informação e comunicação, trazendo um panorama histórico, tecnológico e político dessa modalidade de Educação.

Educação a Distância: conceitos

Definir e conceituar a EaD é uma tarefa complexa por conta das diversas definições que surgiram ao longo de sua história. Autores como Holmberg (2003, p. 35), Belloni (2003, p. 23), Aretio (2011, p. 21) e Formiga (2009, p. 39) apontam para a dificuldade da terminologia sobre EaD apresentando uma diversidade de definições e conceitos por diferentes autores.

Uma das principais definições apresentadas pelos autores seria a de Michael Moore, em 1972, apontada como a primeira tentativa em língua inglesa de definição e articulação de uma teoria da EaD – e que mais tarde seria denominada Teoria da Distância Transacional –, a qual afirmava que:

Educação a distância não é uma simples separação geográfica entre alunos e professores, mas sim, e mais importante, um conceito pedagógico. É um conceito que descreve o universo de relações professor-aluno que se dão quando alunos e instrutores estão separados no espaço e/ou no tempo. Este universo de relações pode ser ordenado segundo uma tipologia construída em torno dos componentes mais elementares deste campo - a saber, a estrutura dos programas educacionais, a interação entre alunos e professores,

e a natureza e o grau de autonomia do aluno (MOORE, 2014, p. 2).

Outro conceito muito conhecido é o de Peters¹ (1973 *apud* BELLONI, 2003, p. 27), que traz à EaD um paradigma industrializado de Educação, centrado no processo fordista de produção industrial. Segundo ele,

Educação a distância é um método de transmitir conhecimentos, competências e atitudes que é racionalizado pela aplicação de princípios organizacionais e de divisão do trabalho, bem como pelo uso intensivo de meios técnicos, especialmente com o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o que torna possível instruir um maior número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que eles vivam. É uma forma industrializada de ensino e aprendizagem (PETERS, 1973 *apud* BELLONI, 2003, p. 27).

Formiga (2009, p. 39) explica as diversas influências sobre o termo EaD tanto por conta de sua ligação intrínseca às tecnologias, em especial à Internet, com forte influência da língua inglesa, quanto pelo que ele chama de “[...] vaidade dos autores na proliferação terminológica”, em que diversos autores “[...] preferem inventar um novo termo a ter de reconhecer a autoria de um concorrente ou pessoa que não merece seu reconhecimento ou respeito intelectual”.

A fim de ilustrar a variação da terminologia desde sua origem, Formiga (FORMIGA, 2009, p. 44) apresenta um quadro que relaciona a terminologia mais usual ao período aproximado de domínio:

Terminologia mais usual	Período aproximado de domínio
Ensino por correspondência	Desde a década de 1830 até as três primeiras décadas do século XX
Ensino a distância; educação a distância; educação permanente ou continuada	Décadas de 1930 e 1940
Teleducação (rádio e televisão em <i>broadcasting</i>)	Início da segunda metade do século XX
Educação aberta e a distância	Final da década de 1960 (ICDE e <i>Open University</i> , Reino Unido)

¹ PETERS, Otto. Distance teaching and industrial production: a comparative interpretation in outline. In: SEWART, D. et al. *Distance Education: International Perspective*. Londres/Nova Iorque: Croomhelm/St. Martin's, 1973.

Aprendizagem a distância; aprendizagem aberta e a distância	Décadas de 1970 e 1980
Aprendizagem por computador	Década de 1980
<i>E-learning</i> ; aprendizagem virtual	Década de 1990
Aprendizagem flexível	Virada do século XX e primeira década do século XXI

Quadro 1: Variação da terminologia da EaD
Fonte: Formiga (2009, p. 44).

Conforme se observa, a terminologia sofre alterações conforme o período, sendo caracterizada ora pelas tecnologias que a representam, como a teleducação ou a aprendizagem por computador, ora pelas teorias pedagógicas que emergem das pesquisas na área de Educação. Entretanto, o que se observa na prática é a utilização, e até mesmo a sobreposição, dessas terminologias para definir projetos e cursos conceitualmente diferentes.

Neste artigo será utilizado o termo *Educação a Distância* por atender melhor a uma concepção ampla de Educação, em especial na formação inicial e continuada de educadores, englobando e transcendendo os processos de ensino-aprendizagem e ampliando para uma formação integral do educador.

Evolução tecnológica da EaD no mundo

A origem da EaD também provoca divergências entre alguns autores, assim como ocorre com sua terminologia, por conta de ser caracterizada na maioria das vezes mais pelas tecnologias empregadas nos processos de ensino-aprendizagem do que pelas concepções pedagógicas e metodológicas que subsidiam as práticas educacionais. Segundo Castro (2003, p. 21):

Do ponto de vista histórico da Educação a Distância, alguns autores encontram sua origem na troca de mensagens feitas pelos primeiros cristãos para difundir a palavra de Deus, especialmente nas várias “epístolas” escritas pelo apóstolo Paulo, cultivando um gênero de cartas instrutivas. Porém, foi na Grécia, através das cartas-veículo e devido à

rede de comunicação que se estendera desde Atenas a todo o mundo antigo, que a epistolografia alcançou o patamar mais elevado, originando a segunda raiz do ensino por correspondência.

A partir de 1450, o desenvolvimento da imprensa, inventada pelo alemão Johannes Gutenberg em 1438, juntamente com o desenvolvimento dos serviços de correios, permitiu a difusão e a distribuição de materiais impressos a uma grande quantidade de pessoas e constituiu a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da EaD (CASTRO, 2003, p. 21).

Nunes (2009, p. 2) destaca como primeira notícia da introdução da EaD o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips em 20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA, que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. Posteriormente, em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência.

Essas ações iniciadas no século XVIII começaram a se firmar no século XIX, especialmente em virtude do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, como trens e correios, dando origem ao que se conhece como primeira geração de EaD (MOORE; KEARSLEY, 2007; MATTAR, 2011), caracterizada pela utilização de materiais impressos, como guias de estudo com o conteúdo, tarefas e outros exercícios, enviados pelo correio ao aluno, que retornava ao “professor” as respostas às tarefas e aos exercícios. A interação professor-aluno era feita por meio da troca de correspondências (SILVA, 2001).

A partir das décadas de 1920 e 1930 do século XX, com o surgimento do rádio, inicia-se a segunda geração de EaD, caracterizada pelo uso de novas mídias, como rádio e televisão. Porém, seu auge ocorre apenas na década de 1970, com a criação das universidades abertas de EaD, influenciadas pelo modelo da *Open University* de Londres, fundada em 1969 (MATTAR, 2011; NUNES, 2009; LITTO, 2009).

Essas universidades abertas eram caracterizadas pela utilização intensa de mídias como rádio, televisão e fitas de áudio e videocassete. A interação de professores e alunos ocorria basicamente por telefone (SILVA, 2001; MATTAR, 2011).

Esse modelo se disseminou pelo mundo e aumentou o interesse pela EaD, fazendo surgir em alguns países as megauniversidades, instituições com mais de 100 mil alunos, das quais são exemplos atualmente a Allama Iqbal Open University, no Paquistão (com 1, 8 milhão), a Indira Gandhi National Open University, na Índia (com 1, 8 milhão) e a Islamic Azad University, no Irã (com 1, 3 milhão) (LITTO, 2009, p. 15). De acordo com o autor,

[...] o Brasil foi o último país com população acima de 100 milhões de habitantes a estabelecer uma universidade aberta, às vezes concebida como uma instituição de “segunda chance”, destinada a adultos que não cursaram o ensino superior durante a idade mais comum (p. 15).

Por fim, a terceira geração de EaD, a partir da década de 1990, é caracterizada pela utilização do computador pessoal, da tecnologia multimídia, do hipertexto e das redes de computadores, em especial a internet, que teve um crescimento vertiginoso por volta de 1995 e possibilitou a interação síncrona e assíncrona entre professores e alunos (SILVA, 2001; MATTAR, 2011).

Destacam-se ainda a partir desta década o desenvolvimento das chamadas universidades corporativas, em que diversas empresas passam a de-

envolver projetos internos e de cooperação com universidades e institutos educacionais para a formação continuada, principalmente, de seus profissionais, aumentando também os investimentos no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a EaD, especialmente, dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) (FORMIGA, 2012, p. 23).

Do ponto de vista tecnológico, o desenvolvimento da Web 2.0, caracterizada pelas possibilidades das chamadas redes sociais, tem propiciado experiências de EaD cada vez mais colaborativas. Também a utilização de mundos virtuais 3D, como o Second Life, os *games* e os dispositivos móveis, constituíram-se como fontes de pesquisas no uso dessas tecnologias em EaD.

Já se anuncia uma quarta ou até mesmo uma quinta geração de EaD, em fase experimental em diversas universidades no mundo, que é caracterizada pelo uso de inteligência artificial e realidade virtual, na qual a aprendizagem do aluno é gerenciada pela máquina ou ocorre por meio de imersão em ambientes com realidade virtual (TORRES; FIALHO, 2009, p. 456).

A EaD no Brasil

Por conta das dimensões continentais do Brasil, a EaD constituiu-se numa importante contribuição para a democratização da educação brasileira no decorrer do século XX, principalmente, para os habitantes de regiões menos favorecidas.

Apesar de pesquisas apontarem que pouco antes de 1900 já existiam anúncios em publicações como o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, oferecendo cursos de datilografia a distância, ministrados por professoras particulares, o marco histórico da EaD no Brasil foi a implantação, em 1904, das escolas internacionais, filial de uma organização norte-americana que oferecia cursos profissionalizantes voltados para os setores de comércio e serviços utilizando materiais didáticos impressos enviados pelos correios, que usavam as ferrovias como transporte.

A EaD por correspondência no Brasil teve como principais entidades o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro (IUB). O primeiro, fundado em 1939, era baseado na experiência de um curso a distância para a construção de um modesto rádio caseiro e no uso de apostilas de Eletrônica e materiais de prática e ainda hoje oferece cursos profissionalizantes, técnicos e supletivos. O IUB, fundado em 1941 por um ex-sócio do Instituto Monitor, também se dedicou à formação profissional de níveis elementar e médio. Esses dois institutos foram responsáveis pela formação de milhões de brasileiros desde a década de 1940. Diversas outras instituições desenvolveram cursos por correspondência, porém com o atendimento a demandas bem menores (PALHARES, 2010; MATTAR, 2011).

A partir de 1923, um grupo liderado por Henrique Morize e Edgar Roquete-Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, oferecendo cursos de educação popular como português, francês, silvicultura, literatura, radiotelegrafia e telefonia, que eram transmitidos para quase todas as regiões do país, dando origem assim à EaD via rádio no Brasil. Vale destacar que a EaD por correspondência continua sendo utilizada desde esse marco, integrando-se aos programas de radiodifusão.

A partir da década de 1960, profissionais ligados à Educação e à comunicação começaram a desenvolver experiências educacionais com a utilização da televisão que eram conhecidos como *prototelecurso*s (BARRETO, 2009). No final dessa década, a implantação das TVs públicas no Rio de Janeiro (TVE) e em São Paulo (TV Cultura) e a criação do Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, pelo Ministério das Comunicações, que definiu a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos pelas emissoras comerciais, contribuíram para o desenvolvimento da EaD por meio da televisão (ALVES, 2009, p. 10).

Segundo Barreto (2009, p. 450), no final da década de 1960 foi desenvolvido o Projeto Saci (Projeto Satélite Avançado de Comunicações In-

terdisciplinares) resultado de um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, o Ministério da Educação – MEC e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte cujo objetivo era criar um sistema nacional de telecomunicações com o uso de satélite, oferecendo o antigo primeiro grau a 16 mil alunos de 71 municípios daquele Estado.

No início da década de 1970, é criada a Associação Brasileira de Teleducação (ABT), atualmente denominada Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, que congregava diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros realizando a série Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional (LOBO NETO, 2001, p. 57). Em 1980, ela foi credenciada pelo governo federal para ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu* de maneira não convencional, a partir de ensino tutorial, desenvolvendo doze cursos distribuídos em cinco áreas de conhecimento (LOBO NETO, 2001; ALVES, 2009).

A partir do final da década de 1970, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta desenvolveram o Telecurso, que oferecia curso supletivo dos antigos primeiro e segundo graus por meio da utilização de materiais impressos e transmissão por TV.

A partir da década de 1990, com a disseminação do computador pessoal e do *CD-ROM*, muitos cursos passaram a ser desenvolvidos nesta tecnologia. Integrando diversas mídias, como texto, som, imagens e vídeos, é uma das principais mídias utilizadas por instituições de ensino em cursos EaD (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2010; VALENTE, 2010).

O desenvolvimento da internet e sua popularização a partir do final da década de 1990 propiciaram o desenvolvimento da chamada *educação on-line*, ou *e-learning*, desenvolvida por meio da internet com a utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) e das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Aliada a essa evolução tecnológica, a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que trata em seus artigos sobre a EaD em todos os níveis e modalidades de ensino, concede um novo *status* para a EaD no Brasil.

As contribuições da LDB à EaD no Brasil

A LDB foi responsável por estabelecer um novo *status* para a EaD no Brasil não apenas ao reconhecer ou autorizar sua utilização nos diversos níveis de ensino, mas também pelo fato de estabelecer em seu artigo 80 o incentivo, por parte do Poder Público, ao desenvolvimento e à veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, prevendo:

- credenciamento das instituições de ensino pela União para oferta de cursos na modalidade EaD;
- regulamentação para os exames e registro de diplomas relativos a cursos de EaD;
- normas para produção, controle e avaliações de programas de EaD e autorização para sua implementação sob responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino;
- tratamento diferenciado, incluindo custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de rádio e televisão e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público, assim como concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas e reserva de tempo mínimo pelos concessionários de canais comerciais.

Em 19 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.622/2005 ampliou a regulamentação do artigo 80 da LDB, inclusive, sobre a regulamentação dos cursos de mestrado e doutorado. Seu artigo 1º estabelece que a EaD se caracteriza:

[...] como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Sem novamente entrar na questão do conceito sobre EaD, é interessante constatar no Decreto nº 5.622/2005 um avanço ao caracterizar a EaD como uma modalidade educacional, e não uma forma de ensino, como estabelecido anteriormente, e as referências sobre a utilização das TICs nos processos de ensino e aprendizagem.

Em outubro de 2001, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 2.253, que em seus artigos 1º e 2º autorizava a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos, limitando em até 20% de sua carga horária, e incluía métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporassem o uso integrado das TICs para a realização dos objetivos pedagógicos.

Diversos outros decretos e portarias referentes à regulamentação da EaD foram criados na última década, propiciando um importante avanço para a oferta de cursos a distância, principalmente, no Ensino Superior, para a formação inicial e continuada de professores.

EaD no ensino superior e na formação de professores

Incentivadas pelo modelo de universidade aberta criado pela *Open University*, algumas experiências de oferta de cursos a distância no ensino superior brasileiro ocorreram durante as décadas de 1970 e 1980. Porém, foi na década de 1990 que as universidades começaram a despertar para a EaD, por conta do desenvolvimento das novas TICs e da nova LDB.

O primeiro curso de graduação a distância foi o de Pedagogia, desenvolvido, em caráter experimental, pela Universidade Federal do Mato Grosso a par-

tir de 1995, para professores em serviço da Secretaria Estadual do Estado de Mato Grosso e de algumas prefeituras do polo regional de Colíder, Mato Grosso (MORAN, 2002, p. 273; KIPNIS, 2009, p. 211).

A LDB, além de contribuir com a EaD no Ensino Superior por meio de seu artigo 80, foi a responsável pela grande demanda de cursos superiores para a formação de professores, por conta de seus artigos 62 e 63, que estabeleciam o seguinte:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Educação Superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996).

A LDB estabelece ainda, em seu artigo 87, parágrafo 4º, que “[...] até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Segundo Moran (2002, p. 274), “[...] estima-se que essa exigência legal tenha motivado uma demanda pontual da ordem de 700 mil novas vagas” em cursos de licenciatura em Pedagogia e do recém-criado Normal Superior.

Esse prazo de dez anos, segundo Gatti e Barreto (2009, p. 43), foi importante na medida em que no Brasil, nessa época, a maioria dos professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental possuía formação no Magistério, em nível médio, e havia também milhares de professores leigos, sem formação no Ensino Médio, o que exigia muito esforço e financiamento tanto das universidades, com a ampliação de cursos regulares, quanto das administrações públicas, no desenvolvimento de programas especiais de formação de professores. O gráfico 1 mostra a demanda de formação superior no Brasil no período de 1991 a 2009, composta tanto de alunos concluintes do Ensino Médio quanto de docentes sem formação superior:

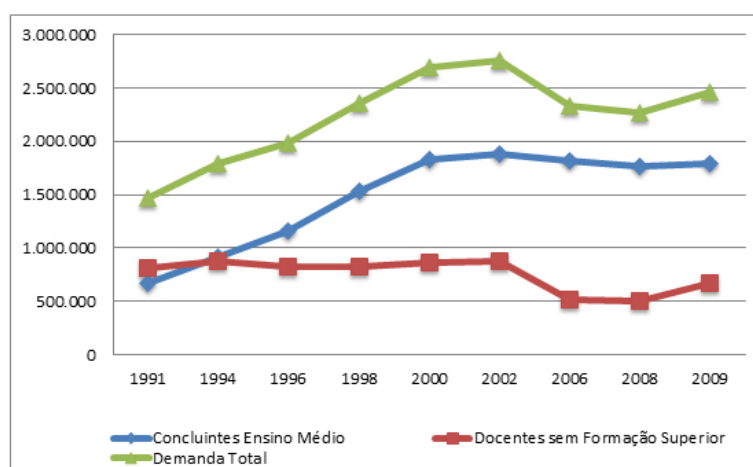


Gráfico 1: Demanda de formação superior no Brasil (1991-2009)

Fonte: Brasil (2010).

Essa demanda de formação de professores sem diploma universitário, em conjunto com os resultados das políticas públicas na educação básica que aumentaram o número de egressos do Ensino Médio, impulsionou o desenvolvimento da EaD no Ensino Superior. Assim, foram oferta-

dos cada vez mais cursos nessa modalidade educacional, o que provocou um aumento vertiginoso no número de matrículas em EaD, que saltou de pouco mais de 1.600 matrículas em 2000 para mais de 800.000 em 2009 (BRASIL, 2010), conforme pode ser observado no gráfico 2.

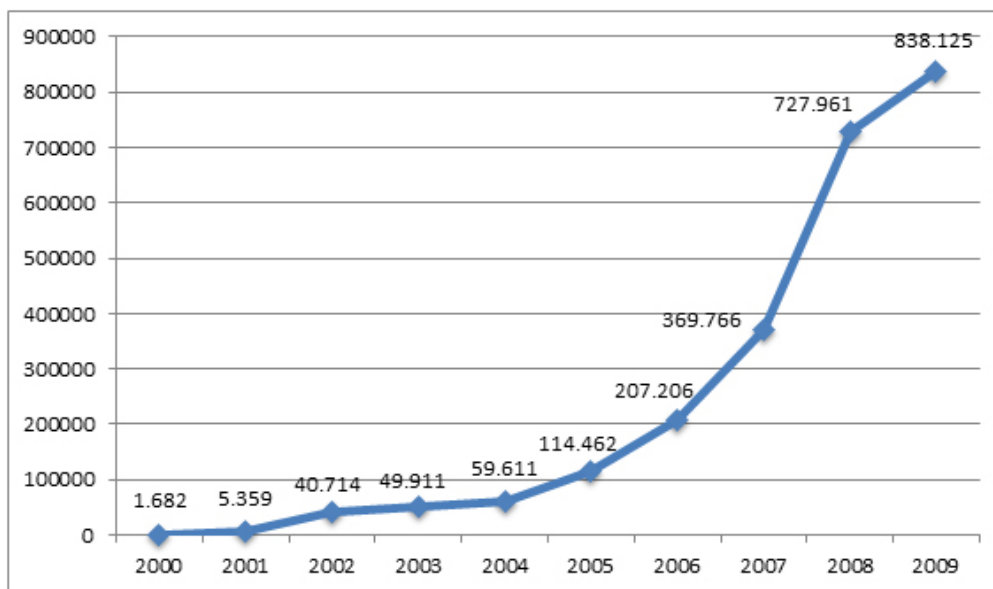


Gráfico 2: Evolução do número de matrículas na modalidade EaD no período de 2000 a 2009
Fonte: Brasil (2010).

Segundo o *Censo da Educação Superior 2009* (BRASIL, 2010, p. 13), apresentado no gráfico 3, ao se comparar a distribuição do número de matrículas por grau acadêmico,

segundo a modalidade de ensino, verifica-se que enquanto 71% dos cursos presenciais são de bacharelados, metade dos cursos de EaD é de licenciatura.

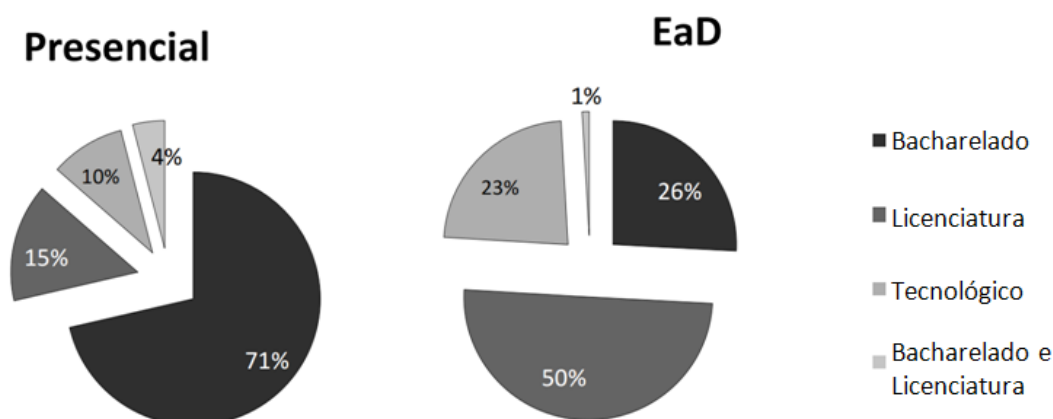


Gráfico 3: Distribuição do número de matrículas de graduação por grau acadêmico e modalidade de ensino no Brasil em 2009
Fonte: Brasil (2010).

Além da oferta de cursos a distância por Instituições de Ensino Superior (IES) que já ofereciam cursos presenciais, o grande destaque foi o surgimento de associações e consórcios constituídos de grupos de universidades públicas e privadas com o objetivo de oferecer cursos a distância em vários níveis.

Alguns exemplos são a Unirede (rede criada em 1999 com o nome de Universidade Virtual Pública do Brasil e composta de 18 universidades públicas brasileiras), o Cederj (Centro de Educação Superior do Rio de Janeiro, que reúne as cinco universidades públicas do Estado), a Ricesu (Rede de Universidades Católicas de Ensino Superior) e a Universidade Virtual Brasileira (consórcio de dez universidades privadas que formam uma nova instituição para cursos a distância) (MORAN, 2002, p. 273).

Na esfera federal, a principal medida do governo para atender às novas demandas de egressos do Ensino Médio e de formação docente, estimada, em 2002, em 875 mil vagas no Ensino Superior por Gatti e Barreto (2009), foi a criação, em 2006, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema integrado por instituições públicas de Ensino Superior que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da EaD. Porém, a prioridade de formação é para os educadores em exercício na educação básica.

Segundo banco de dados do *site* da UAB (2014), atualmente 96 instituições credenciadas oferecem, através de 683 polos distribuídos pelos Estados, um total de 1235 cursos de graduação e pós-graduação, dentre os quais 905 (73, 3%) são destinados à formação de professores.

Além do Sistema UAB, o governo federal implementou, a partir de 2005, diversos outros programas e políticas públicas para a formação inicial e continuada de educadores, o que consolidou a EaD como uma modalidade de ensino que

contribui significativamente para a superação das dificuldades para levar educação de qualidade a locais desprovidos de instituições educacionais de excelência.

Conclusão

A intrínseca relação da EaD com as TICs contribuiu para que essa modalidade tenha se constituído como o principal recurso para os programas de formação inicial e continuada de educadores e das políticas públicas promovidas pelos governos das esferas federal, estadual e municipal.

As constantes pesquisas e a evolução das TICs, além da popularização e da disseminação de artefatos tecnológicos que diminuem significativamente as distâncias físicas e temporais entre as pessoas, apontam um horizonte favorável à EaD, que se consolida como uma modalidade de Educação preparada para os desafios do século XXI.

Referências

ALVES, João Roberto. História da EaD no Brasil. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

ARETIO, Lorenzo. Para uma definição de educação a distância. *In*: LOBO NETO, Francisco. **Educação a distância: referências e trajetórias**. Brasília: Plano, 2011. p. 21-32.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Censo EaD.br**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

BARRETO, Hugo. Aprendizagem por televisão. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 449-455.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e ba-

ses da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27833.

_____. Decreto Federal nº 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Artigo 80 da Lei nº 9.394/1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação superior brasileira**: resumo técnico 2009. Brasília: Inep/MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Autoriza as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 out. 2001.

CASTRO, Wânia. **Características de um ambiente didático em linha autogestor de situações de aprendizagem**: por uma matriz metodológica coorganizativa a distância. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FORMIGA, Marcos. A terminologia da EaD. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 39-46.

_____. **Da educação a distância à educação corporativa: o que está acontecendo nas empresas e escolas do Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.educor.desenvolvimento.gov.br/public/arquivo/arq1229432041.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

GATTI, Bernardete; BARRETO, Elba. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: Unesco, 2009.

HOLMBERG, Börje. **Distance education in essence**: an overview of theory and practice in

the early twenty-first century. 2 ed. Oldenburg: BIS, 2003.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 209-14.

LITTO, Fredric. O atual cenário internacional da EaD. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 14-20.

LOBO NETO, Francisco. Educação a distância: função social. *In*: LOBO NETO, Francisco. **Educação a distância**: referências e trajetórias. Brasília: Plano, 2001. p. 57-72.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOORE, Michel G. Teoria da Distância Transacional. Traduzido por Wilson Azevedo. **Revista Brasileira Aberta e a Distância**. São Paulo, ABED, p.1-14, ago.2002. Disponível em <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2002_Teoria_Distancia_Transacional_Michael_Moore.pdf>. Acesso em: 10 out 2014.

MOORE, Michel G.; KEARSLEY, Greg. **Educação à distância**: uma visão integrada. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. *In*: MORAN, José Manuel; BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos T. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2002. p. 11-66.

_____. A educação superior a distância no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana (Coord.) A Educação Superior no Brasil. Porto Alegre: UNESCO, 2002. p. 273-301. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

NUNES, Ivônio B. A História da EaD no mundo. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 2-8.

PALHARES, Roberto. Aprendizagem por correspondência. *In*: MILL, Daniel Ribeiro; PIMENTEL, Nara Maria. (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFS-Car, 2010. p. 48-55.

SILVA, Maria da Graça Moreira. Desenho educacional. *In*: ALMEIDA, Fernando José; CABRAL, Vera Lúcia. (Org.). **Quantidade é qualidade**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2011. p. 24-42.

_____. Construindo projetos para ambientes virtuais de aprendizagem. *In*: ALMEIDA, Fernando José de (Coord.). **Educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem – Projeto Nave**. São Paulo: [s.n.], 2001. Cap. I, p. 41-56.

TORRES, Patrícia; FIALHO, Francisco. Educação a distância: passado, presente e futuro. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 456-61.

UAB - Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2014.

VALENTE, José Armando. O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de educação a distância. *In*: MILL, Daniel Ribeiro; PIMENTEL, Nara Maria. (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 25-42.